



# Eco 101 Concessionária de Rodovias S.A.

CNPJ/MF nº 15.484.093/0001-44 - NIRE 32.300.032.656

# Demonstrações Financeiras 2024

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

### Introdução

A Administração da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A, em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, referentes aos exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício de 2023.

**Companhia:** A Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. ("Eco101" ou "Companhia") foi constituída em 22 de março de 2012, e tem por objeto social a exploração de concessão rodoviária da BR-101 ES/BA, mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. A sede da Companhia está localizada na Avenida Coronel Nunes, BR-101, Km 264, cidade de Serra - ES. Em 17 de abril de 2013, a Eco101 assinou o Contrato de Concessão para exploração do trecho de Rodovia Federal - BR-101/ES/BA. A Companhia assumiu a concessão para administração dos 475,9 km de extensão em maio de 2013, que incluem os serviços de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração do trecho pelo prazo de 25 anos. A rodovia leva a cinco importantes portos: de Vitória, de Tubarão e da Barra do Riacho no Espírito Santo, o do Açu, no Rio de Janeiro e o de Ilhéus, na Bahia. A rodovia dá acesso ainda às principais praias capixabas, como as de Guarapari e Vila Velha, destino de milhões de turistas durante todo o ano.

**Relicitação:** Conforme Fatos Relevantes, divulgados em 15 de julho de 2022, 01 de junho de 2023 e 30 de agosto de 2023, a declaração formal quanto à intenção de adesão ao processo de relicitação, junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, ensejou a celebração, em 30 de agosto de 2023, do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão ("Contrato de Concessão"), firmado pela Eco101 com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT ("Terceiro Aditivo"). O Terceiro Aditivo estabeleceu as condições de prestação dos serviços e as responsabilidades das partes durante o período de relicitação da BR-101/ES/BA, nos termos da Lei Federal nº 13.448/2017 e do Decreto nº 11.539, de 31 de maio de 2023, que qualificou o empreendimento para relicitação. A vigência do Terceiro Aditivo teria início em 180 dias contados a partir da data de publicação no Diário Oficial da União, em razão da necessidade de conclusão dos cenários possíveis e viáveis à readaptação e otimização do Contrato de Concessão. Sucessivos Termos Aditivos ao Contrato de Concessão vêm sendo firmados para prorrogar a suspensão de eficácia do Terceiro Aditivo. O último deles - Sexto Termo Aditivo - foi celebrado em 17 de dezembro de 2024, para prorrogar a suspensão por mais 180 dias, a partir de 23 de dezembro de 2024. As prorrogações decorrem da necessidade de conclusão da solução consensual objeto do processo nº 033.444/2023-4 - SECEX/Consenso. Em sessão realizada em 25 de setembro de 2024, o TCU aprovou, por unanimidade, a proposta de Termo de Autocomposição para a otimização e modernização do Contrato de Concessão da BR-101/ES/BA, conforme divulgado no Fato Relevante de 25 de setembro de 2024. Neste momento, a Eco101, juntamente com a ANTT e Ministério, tomarão as providências para cumprimento do quanto acordado e das condicionantes estabelecidas pelo TCU para a celebração do acordo. Caso essa alternativa seja viabilizada, com a formalização da solução pelo TCU, o Terceiro Aditivo e o Sexto Termo Aditivo serão extintos e realizado um novo termo aditivo de readaptação do Contrato de Concessão. Caso a alternativa não seja viabilizada, será dado seguimento ao processo de relicitação previsto no Terceiro Aditivo. Eventuais efeitos econômicos e financeiros decorrentes do processo de relicitação serão reconhecidos nas demonstrações financeiras, quando do início da vigência do Terceiro Aditivo. A Eco101 permanecerá operando o trecho concedido, de forma a preservar o interesse e a segurança dos usuários da Rodovia BR-101/ES/BA.

Por estarem suspensos os efeitos decorrentes dos aditivos assinados em 30 de agosto de 2023, 26 de fevereiro, 24 de junho de 2024 e 17 de dezembro de 2024, não há nesse momento nenhum reflexo decorrente do processo de relicitação a ser registrado no balanço e no resultado da controladora e da Companhia.

### PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos,

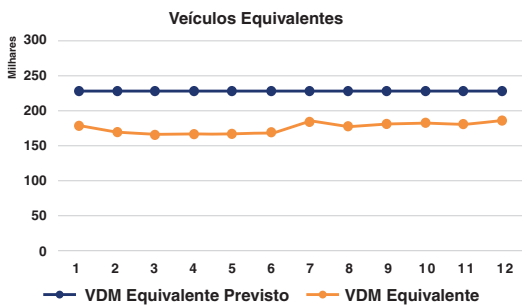
orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas principais práticas contábeis estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3 das Demonstrações Financeiras.

**Resultados operacionais e financeiros - Volume de tráfego:** O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 63.684 mil em 2024, que corresponde a um aumento de 5,7% em relação a 2023. O tráfego de veículos leves apresentou aumento de 2,5% devido às condições climáticas favoráveis nos finais de semana e feriados. O tráfego de veículos pesados apresentou aumento de 7,1% devido ao ciclo de celulose da região.

Volume de tráfego (veículos equivalentes pagantes x mil)	2024	2023	Var.
Leves	19.118	18.646	2,5%
Pesados	44.566	41.603	7,1%
<b>Total</b>	<b>63.684</b>	<b>60.249</b>	<b>5,7%</b>

*Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.*

**Caracterização do Tráfego:** A Companhia apresenta no quadro abaixo o volume diário médio equivalente por mês de 2024, VDM (volume diário médio) e VDMA (volume diário médio anualizado), respectivamente, assim como o volume diário médio equivalente previsto na proposta.



**Tarifa e tarifa média:** A tarifa média por veículo equivalente pagante apresentou redução de 4,8% em 2024. Em setembro/23, foi aplicado o reajuste das tarifas de pedágio da Eco101 com redução de 6,69% devido à variação do IPCA e à incidência dos Fatores X e D. O reajuste considerou o equilíbrio decorrente dos impactos causados pela pandemia por Covid-19 entre março e dezembro de 2020 (+0,11631%). De acordo com o contrato de concessão, o reajuste estava previsto para ser aplicado em 18 de maio de 2022. O reajuste das tarifas de pedágio da Eco101, previsto para ser aplicado em 18 de maio de 2023, está em análise pela ANTT em razão do processo de otimização e readaptação do contrato de concessão.

Tarifa Média (em R\$)	2024	2023	Var.
Eco101	3,81	4,00	-4,8%

A tabela abaixo apresenta os valores referentes às tarifas praticadas em cada praça de pedágio, por categoria de veículo em 31 de dezembro de 2024.

Praça de Pedágio	Valor da tarifa por praça de pedágio em (em R\$)								
	Categoria de veículo								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
P1 KM 0,8	3,40	6,80	5,10	10,20	6,80	13,60	17,00	20,40	1,70
P2 KM 85,8	4,60	9,20	6,90	13,80	9,20	18,40	23,00	27,60	2,30
P3 KM 171,7	4,30	8,60	6,45	12,90	8,60	17,20	21,50	25,80	2,15
P4 KM 242	4,20	8,40	6,30	12,60	8,40	16,80	21,00	25,20	2,10
P5 KM 320,8	4,30	8,60	6,45	12,90	8,60	17,20	21,50	25,80	2,15
P6 KM 398,9	3,60	7,20	5,40	10,80	7,20	14,40	18,00	21,60	1,80
P7 KM 452	2,00	4,00	3,00	6,00	4,00	8,00	10,00	12,00	1,00

### Receita Bruta

A receita bruta totalizou R\$517,6 milhões em 2024, aumento de 12,3% em relação ao ano anterior devido, principalmente, ao maior volume de obras no período e consequentemente maior receita de construção. As deduções sobre a receita bruta somaram R\$21,1 milhões, aumento de 0,3% em relação a 2023.

**Receitas de Pedágio:** R\$243,0 milhões em 2024, aumento de 0,7% devido ao crescimento do tráfego de veículos.

**Receitas Acessórias:** R\$6,1 milhões em 2024, aumento de 7,6%, em função do incremento nos contratos de arrendamentos de área.

**Receita de Construção:** R\$268,5 milhões em 2024, aumento de 25,5% devido ao maior volume de obras no período.

O quadro abaixo demonstra a receita bruta da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor da receita acumulada desde o início da concessão. O valor acumulado de R\$4.757,4 milhões corresponde à receita obtida com pedágios e outras fontes de receitas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2024.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2024	2023	Acumulado até 2022
Receitas de Pedágio	243,0	241,2	1.871,2
Receitas Acessórias	6,1	5,7	43,2
Receita de Construção	268,5	213,9	1.864,6
<b>Total</b>	<b>517,6</b>	<b>460,8</b>	<b>3.779,0</b>

Para mais informações sobre a receita líquida, vide Nota Explicativa nº 20 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

**Custos e despesas operacionais:** Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$517,9 milhões em 2024 (+12,3%) devido, principalmente, ao aumento da base de ativos (depreciação e amortização) e maior volume de obras contratuais no período (custo de construção). Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção e depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$127,6 milhões, redução de 4,0% em relação a 2023.

O quadro abaixo demonstra os custos operacionais e despesas administrativas da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor acumulado desde o início da concessão. O valor acumulado de R\$3.485,5 milhões corresponde aos custos operacionais e despesas administrativas desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2024.

Custos e despesas operacionais (em milhões de R\$)	2024	2023	Acumulado até 2022
Custos	517,9	461,3	2.506,3

Para mais informações sobre os custos e despesas operacionais, vide Nota Explicativa nº 21 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

**EBITDA e Margem EBITDA:** Em 2024, o EBITDA<sup>1</sup> totalizou R\$26,5 milhões, em função da provisão para impairment no montante de R\$41,5 milhões (vide Nota 11 das Demonstrações Financeiras da Companhia). O EBITDA ajustado<sup>2</sup>, excluindo, provisão para manutenção e provisão para impairment, totalizou R\$ 101,0 milhões (margem EBITDA ajustada de 44,3%), aumento de 8,7% em relação a 2023.

**Resultado financeiro:** O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$34,9 milhões, o que representa redução de 36,0% em relação a 2023. Esse impacto ocorreu devido, principalmente, pela redução da variação monetária da provisão para contingências diversas (rubrica "outros efeitos financeiros").

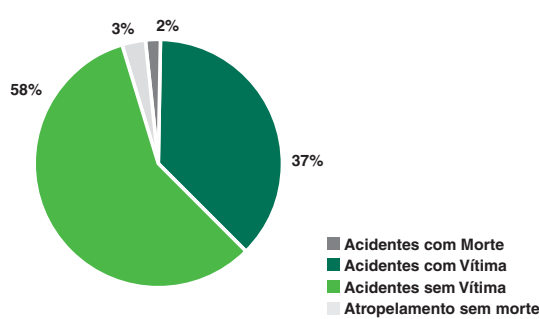
**Prejuízo do Exercício:** Em 2024, a Eco101 apresentou prejuízo de R\$97,3 milhões, em virtude, principalmente, da provisão para impairment no montante de R\$41,5 milhões (vide Nota 11.e).

**Disponibilidade Financeira e Endividamento:** A Eco101 encerrou o exercício de 2024 com saldo distribuído entre caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva no valor de R\$27,3 milhões e a dívida bruta (composta por empréstimos e financiamentos) de R\$257,2 milhões. A dívida líquida encerrou o exercício em R\$229,9 milhões e o indicador Dívida Líquida/EBITDA ajustado em 2,3x. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide a Nota Explicativa nº 14 da Demonstração Financeira.

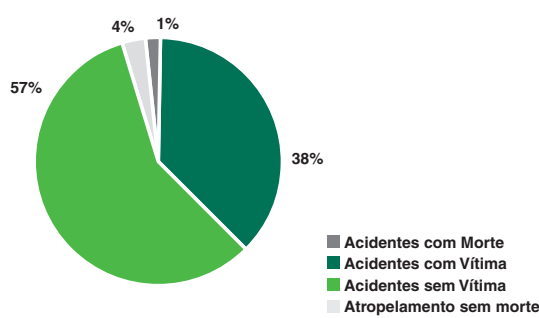
Descrição do Cargo	Funcionários alocados na concessão	
	Qtde	(Qtde/VDMA)x10.000
Gerente de atendimento ao usuário	1	0,06
Coordenador de tráfego	1	0,06
Supervisor de tráfego	2	0,11
Analista de tráfego	1	0,06
Fiscal faixa de domínio	2	0,11
Analista de faixa de domínio	2	0,11
Supervisor faixa de domínio	1	0,06
Operador de CCO	16	0,92
Operador de balança e serviços	39	2,24
Operador de tráfego	55	3,16
Supervisor operações rodoviárias	1	0,06
Supervisor CCO	1	0,06
Guincho leve	50	2,87
Guincho pesado	25	1,44
Coordenador de guincho	2	0,11
Médico	33	1,90
Condutor	55	3,16
Resgatista	42	2,41
Enfermeiro	45	2,59
Técnico de enfermagem	45	2,59
Coordenador médico	1	0,06
<b>Total de Pessoal - Operacional</b>	<b>420</b>	<b>24,14</b>
Coordenador de pedágio	1	0,06
Supervisor de pedágio	2	0,11
Controlador de sistema rodoviário	9	0,52
Controlador de CCO	4	0,23
Assistente administração serviços	2	0,11
Arrecadador	190	10,92
Assistente de pedágio	8	0,46
<b>Total de Pessoal - Pedágio</b>	<b>216</b>	<b>12,41</b>
<b>Total de Pessoal - Concessionária</b>	<b>636</b>	<b>36,55</b>

**Indicadores Operacionais: Segurança no Trânsito: Acidentes:** Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.

Percentual de acidentes por gravidade em 2024

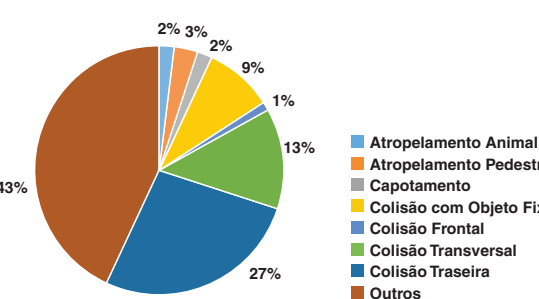


Percentual de acidentes por gravidade em 2024

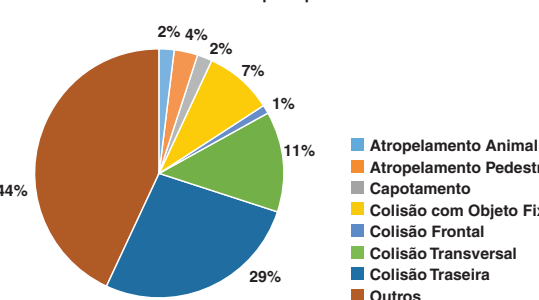


A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

Acidente por Tipo 2024



Acidente por Tipo 2023



**Dados de Operação da Concessão: Veículos Alocados:** Os veículos alocados na operação da concessão são apresentados na tabela abaixo de acordo com os dados exercício de 2024. Para facilitar a interpretação e a comparação das informações entre as concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da concessão e multiplicada por 100, visto que o resultado da divisão de veículos pela extensão da concessão é irrisório. O resultado é apresentado em Qtde/100 km.

continua ...



Assinado Digitalmente por: NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:2706515000130 - Em: 19/03/2025

Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Acesse: <https://tribunaonline.com.br/validador-iti> caso deseje validar a assinatura!

... continuação **ECO 101 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A. - CNPJ/MF nº 15.484.093/0001-44 - NIRE 32.300.032.656**

Veículos aplicados na concessão		
Tipo de veículo	Qtde	Qtde
Viatura de inspeção	12	2,51
Guincho leve	12	2,51
Guincho pesado	3	0,63
Guincho super pesado	3	0,63
Ambulância Tipo C	8	1,67
Ambulância Tipo D - UTI	4	0,84
<b>Total de veículos operacionais</b>	<b>42</b>	<b>8,77</b>
Administração	27	5,64
Pedágio	2	0,42
Caminhão pipa	3	0,63
Caminhão boiadeiro	3	0,63
Segurança do trabalho	1	0,21
Manutenção	1	0,21
Faixa de domínio	1	0,21
<b>Total de veículos de apoio</b>	<b>38</b>	<b>7,94</b>
<b>Total de veículos aplicados na concessão</b>	<b>80</b>	<b>16,71</b>

Concessionária em números	
Dados anuais e por empresa	Referência
Quilômetros da rodovia	478,7 km
Número de veículos que transitaram	Leve: 20.236.528 milhões Comercial: 10.129.169 milhões
Tarifa	Verificar abertura na tabela de tarifas
Número de praças de pedágio	7 (sete)
Número de quilômetros mantidos	478,7 km
Índice de congestionamento	Por velocidade média dos veículos
Trânsito Médio Diário Equivalente	Cat 1: 200.300 Cat 2: 44.572 Cat 3: 1.824 Cat 4: 70.740 Cat 5: 535 Cat 6: 61.661 Cat 7: 52.978 Cat 8: 152.255 Cat 9: 6.269 Outros: 102.738
Trânsito médio anual equivalente (VDM Eixos)	174.000 mil
Equipes utilizadas pela concessionária	Conforme tabela Funcionários alocados na Concessão
Índices de qualidade de estrada	Deflexão característica (DC) Flecha na trilha de roda Índice de condição do pavimento (ICP) Índice de Gravidade Global (IGG) Índice de Irregularidade Longitudinal (IRI) Índice de retrorefletância Trincamento (TR) Valor de resistência a derrapagem (VRD) Macrotextura
Receita de pedágio em 2024	R\$ 243,0 milhões
Custos associados às receitas de pedágio em 2024	R\$ 249,4 milhões
<b>Fator Trabalho</b>	
Número de trabalhadores	636 funcionários
Despesas com pessoal em 2024	R\$ 32,1 milhões
<b>Fator Capital</b>	
Despesas de depreciação em 2024	R\$ 88,9 milhões
Ativo líquido	R\$ 27,3 milhões
Ativo bruto	R\$ 1.924,2 milhões
Série histórica de investimentos até 2024	R\$ 2.816,0 milhões
Custo de oportunidade de capital em 2024	8,32%
<b>Fatores Intermediários</b>	
Despesas de administração em 2024	R\$ 21,2 milhões
Despesas com manutenção em 2024	R\$ 25,1 milhões
Outras despesas	R\$ 19,8 milhões
<b>Seguridade</b>	
Quantidade de acidentes	Sem feridos: 2.030 Com feridos: 1.351 Com mortos: 90
<b>Indicadores</b>	
Tarifa média	R\$ 3,81
Custo por veículo ou km	R\$ 3,92

1 - Base de cálculo	2024		2023	
	Valor em R\$ mil	%	Valor em R\$ mil	%
Faturamento Bruto	517.593		460.800	
Receita líquida (RL)	496.483		439.747	
Resultado Operacional (RO)	-62.353		-182.742	
Folha de Pagamento bruta (FPB)	32.115		32.421	
Folha de pagamento bruta - Total remunerações	32.115		32.421	
Folha de pagamento bruta - Total pago a empresas prestadoras de serviços	0		0	

2 - Indicadores sociais internos	2024			2023		
	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	3.396	10%	1%	3.140	10%	1%
Encargos sociais	4.815	17%	1%	4.970	15%	1%
Previdência privada	313	1%	0%	379	1%	0%
Saúde	3.625	12%	1%	3.461	11%	1%
Segurança e Saúde no trabalho	104	0%	0%	67	0%	0%
Educação	41	0%	0%	42	0%	0%
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	155	0%	0%	134	0%	0%
Creches ou auxílio creche	96	0%	0%	97	0%	0%
Participação nos lucros ou resultados	1.372	4%	0%	1.315	4%	0%
Outros	0	0%	0%	0	0%	0%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>13.916</b>	<b>45%</b>	<b>3%</b>	<b>13.605</b>	<b>42%</b>	<b>3%</b>

3 - Indicadores sociais externos	2024			2023		
	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Educação	9	0%	0%	81	0%	0%
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%
Saúde e saneamento	2	0%	0%	1	0%	0%
Esporte	3	0%	0%	4	0%	0%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0%	0%	0	0%	0%
Outros	12	0%	0%	9	0%	0%
<b>Total de contribuições à sociedade</b>	<b>26</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>95</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>
Tributos (Exceto encargos sociais)	0	0%	0%	0	0%	0%
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>26</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>95</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>

4 - Indicadores ambientais	2024			2023		
	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária	1.839	6%	0%	2.444	8%	1%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	2.035	6%	0%	1.120	3%	0%
<b>Total de investimentos em meio ambiente</b>	<b>3.874</b>	<b>12%</b>	<b>1%</b>	<b>3.564</b>	<b>11%</b>	<b>1%</b>

5 - Indicadores do corpo funcional	2024		2023	
	Valor	%	Valor	%
Nº de colaboradores ao final do período	393		411	
Tempo de serviço	13% até seis meses		13% até seis meses	
	9% de seis meses a um ano		13% de seis meses a um ano	
	17% entre um e dois anos		10% entre um e dois anos	
	22% entre dois e cinco anos		24% entre dois e cinco anos	
	39% mais de cinco anos		40% mais de cinco anos	

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2024		2023	
	Valor	%	Valor	%
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	34,99%		28,42%	
Número total de acidentes de trabalho	6		3	

Nº de admissões durante o período	104	114
Nº de demissões durante o período	123	113
Nº de colaboradores terceirizados	1.005	1.362
Nº de estagiários (as)	0	0
Nº de colaboradores com até 18 anos	6	18
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	61	60
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	277	288
Nº de colaboradores acima de 45 anos	49	45
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	228	238
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	33,0	0,0
Remuneração paga a mulheres no período	7.241.947	7.935.734
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	232	225
% de cargos gerenciais ocupados por negros	33	0
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades esp.	13	12
Total de horas extras trabalhadas	54.787	48.714
Total de horas extras pagas	833.594	712.282
Total de INSS pagos	3.445	3.622
Total de FGTS pago	1.370	1.348
Total de Contribuição Sindical paga	65	487
Total de demais encargos sociais pagos	0	0
Total de ICMS recolhidos no período	0	0
Total de IR recolhido no período	0	0
Total de CSLL recolhidos no período	0	0
Total de PIS recolhidos no período	1.649	7.583
Total de COFINS recolhidos no período	7.660	1.633
<b>Total de outros tributos recolhidos no período</b>	<b>11.884</b>	<b>11.799</b>

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	34,99%	28,42%
Número total de acidentes de trabalho	6	3

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	( ) direção		( ) direção	
	(X) direção e gerenciais	( ) todos os colaboradores	(X) direção e gerenciais	( ) todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por	( ) direção e gerenciais	( ) todos os colaboradores	( ) direção e gerenciais	( ) todos os colaboradores

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por	( ) direção e gerenciais	( ) direção e gerenciais
	(X) todos + CIPA	(X) todos + CIPA

Quanto a liberalidade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária	( ) não se envolve		( ) não se envolve	
	(X) segue as normas da OIT	( ) incentiva as normas da OIT	(X) segue as normas da OIT	( ) incentiva as normas da OIT
A previdência privada contempla	( ) direção	( ) direção e gerenciais	( ) direção	( ) direção e gerenciais

A participação nos lucros ou resultados contempla	( ) direção	( ) direção e gerenciais	( ) direção	( ) direção e gerenciais
	(X) todos os colaboradores	(X) todos os colaboradores	(X) todos os colaboradores	(X) todos os colaboradores

Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	( ) não são considerados	( ) são sugeridos
	(X) são exigidos	(X) são exigidos	(X) são exigidos	(X) são exigidos

Quanto a participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária	( ) não se envolve	( ) não se envolve
	( ) apóia	( ) apóia
	(X) organiza e incentiva	(X) organiza e incentiva

% de reclamações e críticas solucionadas	83,5% na Concessionária	88,6% na Concessionária
	0% no PROCON	0% no PROCON
	16,4% na Justiça	11,4% na Justiça

Valor adicionado total a distribuir		
Distribuição do Valor Adicionado	-829,8% governo	40,6% governo
	3848,6% acionistas	-78,5% acionistas
	-1270,6% colaboradores	-26,4% colaboradores
	-1648,2% terceiros	193,5% terceiros

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Em milhares de reais - R\$)							
Ativo	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.372	16.912	Fornecedores		30.761	23.288
Aplicações financeiras	6	826	125	Fornecedores FIDC	6 (b)	1.731	-
Aplicações financeiras - conta reserva	7	3.381	2.689	Risco sacado		27	334
Clientes	8	16.843	16.007	Empréstimos e financiamentos		14	45.197
Tributos a recuperar		2.072	1.089	Passivo de arrendamento		13	13.852
Despesas antecipadas		692	634	Obrigações sociais e trabalhistas		15	5.617
Partes relacionadas	15	407	1	Partes relacionadas		15	961
Adiantamento a fornecedores		4.496	4.497	Impostos, taxas e contribuições a recolher		15	4.428
Seguros a receber		82	24.688	Obrigações com poder concedente		18	739
Outros créditos		8.146	6.388	Provisão para manutenção		16	23.476
Total do ativo circulante		43.317	73.030	Outras contas a pagar	18.2	93.626	89.491
<b>Não circulante</b>				Total do passivo circulante		220.722	196.280
Aplicações financeiras - conta reserva	7	16.725	16.595	<b>Não circulante</b>			
Depósitos judiciais	9	1.089	1.286	Empréstimos e financiamentos	14	211.979	253.804
Despesas antecipadas	2	-	-	Passivo de arrendamento	13	21.228	32.240
Imobilizado	10	23.722	14.426	Provisão para perdas ambientais, cíveis e trabalhistas	17	138.172	122.204
Intangível	11	1.839.328	1.670.716	Provisão para manutenção	16	61.433	68.442
Total do ativo não circulante		1.880.866	1.703.023	Outras contas a pagar		29.571	24.709
<b>Total de ativo</b>		<b>1.924.183</b>	<b>1.776.053</b>	Total do passivo não circulante		462.383	501.399
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	19.1	1.682.092	1.422.109
				Reserva de capital - plano de opção de ações		579	579
				Prejuízos acumulados		(441.593)	(344.314)
				Total do patrimônio líquido		1.241.078	1.078.374
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.924.183</b>	<b>1.776.053</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**  
A Diretoria da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A, declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.  
Serra - ES, 18 de março de 2025.  
A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
<b>Receita líquida</b>		20	496.483
Custo dos serviços prestados		21	(496.676)
<b>Lucro Bruto</b>			(193)
Despesas gerais e administrativas		21	(21.216)
Outras receitas (despesas), líquidas			568
Provisão para redução ao valor recuperável	11.e)	(41.512)	(161.147)
<b>Prejuízo Operacional</b>			(62.353)
Receitas financeiras		22	4.713
Despesas financeiras		22	(39.639)
Despesas financeiras, líquidas			(34.926)
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>			(97.279)
Imposto de renda e contribuição social	12	-	-
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>			(97.279)
Prejuízo líquido por ação - básico e diluído (em reais)	23	(0,06249)	(0,18239)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Em milhares de reais - R\$)					
Em 1º de janeiro de 2023	Nota explicativa	Atribuível aos acionistas da Companhia		Prejuízos acumulados	Total
		Capital social subscrito	Reservas de capital, Plano de opção com base em ações		
Aumento de capital		1.183.000	579	(107.029)	1.076.550
Prejuízo líquido do exercício		239.109	-	-	239.109
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>1.422.109</b>	<b>579</b>	<b>(344.314)</b>	<b>1.078.374</b>
<b>Em 1º de janeiro de 2024</b>		<b>1.422.109</b>	<b>579</b>	<b>(344.314)</b>	<b>1.078.374</b>
Aumento de capital	19.1)	259.983	-	-	259.983
Prejuízo líquido do exercício		-	-	(97.279)	(97.279)
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>1.682.092</b>	<b>579</b>	<b>(441.593)</b>	<b>1.241.078</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Em milhares de reais - R\$)			
		31/12/2024	31/12/2023
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>		(97.279)	(237.285)
<b>Outros componentes do resultado abrangente</b>		-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>(97.279)</b>	<b>(237.285)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130 - Em: 19/03/2025**  
 Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR  
 Acesse: <https://tribunaonline.com.br/validador-iti> caso deseje validar a assinatura!

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Em milhares de reais - R\$)		
	31/12/2024	31/12/2023
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Prejuízo do exercício.....	(97.279)	(237.285)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do período com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações .....	88.901	82.635
Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível .....	1.379	179
Capitalização de juros .....	(24.025)	(26.948)
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos .....	33.148	36.866
Provisão e atualização monetária para perdas ambientais, cíveis e trabalhistas .....	21.611	44.744
Provisão e atualização monetária da provisão para manutenção .....	42.469	40.641
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD .....	225	282
Obrigações com poder concedente .....	10.369	8.533
Atualização monetária dos depósitos judiciais .....	(51)	(52)
Receita sobre aplicações financeiras - conta reserva .....	(2.021)	(2.411)
Provisão para redução ao valor recuperável .....	41.512	161.147
Provisão e atualização monetária da provisão de outras contas a pagar .....	4.462	15.676
<b>Variação nos ativos operacionais:</b>		
Clientes .....	(1.061)	(3.860)
Partes relacionadas - clientes .....	(406)	(1)
Tributos a recuperar .....	(983)	(175)
Despesas antecipadas .....	(60)	967
Depósitos judiciais .....	248	(7)
Outros créditos, adiantamento a fornecedores e seguros a receber .....	22.849	(20.548)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Em milhares de reais - R\$)		
	31/12/2024	31/12/2023
<b>Receitas</b>		
Com arrecadação de pedágio .....	242.958	241.220
Com construção .....	268.536	213.915
Outras receitas .....	6.099	5.665
	<u>517.593</u>	<u>460.800</u>
<b>Insunhos adquiridos de terceiros</b>		
Custo dos serviços prestados .....	(380.554)	(327.632)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros .....	(14.300)	(18.700)
Outras receitas .....	(135)	(242)
	<u>(394.989)</u>	<u>(346.574)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b> .....	<u>122.604</u>	<u>114.226</u>
<b>Depreciação e amortização</b> .....	(88.901)	(82.635)
Outras receitas (despesas) líquidas .....	-	(1)
Provisão para redução ao valor recuperável .....	(41.512)	(161.147)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela companhia</b> .....	<u>(7.809)</u>	<u>(129.557)</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras .....	4.713	4.418
Outras receitas (despesas) líquidas .....	568	-
	<u>(2.528)</u>	<u>(125.139)</u>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b> .....	<u>(2.528)</u>	<u>(125.139)</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal .....	32.115	29.904
Remuneração direta .....	23.423	21.614
Benefícios .....	7.185	6.911
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS .....	1.507	1.379
Impostos, taxas e contribuições .....	20.975	20.811
Federais .....	9.091	9.012
Municipais .....	11.884	11.799
Remuneração de capitais de terceiros .....	41.661	61.431
Juros .....	6.818	6.777
Aluguéis .....	2.022	2.470
Outros efeitos financeiros .....	32.821	52.184
Remuneração de capitais próprios .....	(97.279)	(237.285)
Prejuízo do exercício .....	(97.279)	(237.285)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. ("Eco101" ou "Companhia"), é uma Sociedade de Propósito Específico, foi constituída em 22 de março de 2012, e tem por objeto social a exploração de concessão do Sistema Rodoviário BR-101 ES/BA, mediante concessão federal (Edital de licitação nº 01/11), incluindo a exploração de receitas acessórias. O Contrato de Concessão com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, assinado em 17 de abril de 2013, possui prazo final em 09 de maio de 2038. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota 18.1. A sede da Companhia fica localizada na Avenida Coronel Nunes, BR-101, Km 264, Bairro Laranjeiras, no município de Serra - ES. As ações da Companhia são de titularidade da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. ("ECS"), sendo a controladora final do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, a Aurélia S.r.l., localizada na cidade de Tortona - Itália. As ações da Companhia não são negociadas em Bolsa de Valores, entretanto, a Companhia possui registro na categoria "B", na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. 1.1 Termo de Autocomposição para a otimização e modernização do Contrato de Concessão: Conforme Fatos Relevantes, divulgados em 15 de julho de 2022, 01 de junho de 2023 e 30 de agosto de 2023, a administração formal quanto à intenção de adesão ao processo de relicitação, da controlada Eco101 Concessionária de Rodovias S.A., junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, ensejou a celebração, em 30 de agosto de 2023, do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão ("Contrato de Concessão"), firmado pela Eco101 com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT ("Terceiro Aditivo"). O Terceiro Aditivo estabeleceu as condições de prestação dos serviços e as responsabilidades das partes durante o período de relicitação da BR-101/ES/BA, nos termos da Lei Federal nº 13.448/2017 e do Decreto nº 11.539, de 31 de maio de 2023, que qualificou o empreendimento para relicitação. Sucessivos Termos Aditivos ao Contrato de Concessão foram firmados, para prorrogar a suspensão de eficácia do Terceiro Aditivo. O último deles - Sexto Termo Aditivo - foi celebrado em 17 de dezembro de 2024, para prorrogar a suspensão por mais 180 dias, a partir de 23 de dezembro de 2024. As prorrogações foram necessárias para a conclusão da solução consensual objeto do processo nº 033.444/2023-4 - SECEX/Consenso/TCU. Em sessão realizada em 25 de setembro de 2024, o TCU aprovou com condicionantes, por unanimidade, a proposta de Termo de Autocomposição para a otimização e modernização do Contrato de Concessão da BR-101/ES/BA, conforme divulgado no Fato Relevante de 25 de setembro de 2024. A Eco101, juntamente com a ANTT e Ministério apresentaram manifestação demonstrando o atendimento das condicionantes, o que foi reconhecido pelo TCU, em 12 de março de 2025, ensejando a celebração do Termo de Autocomposição, firmado em 17 de março de 2025, pela Eco101, União - por intermédio do Ministério dos Transportes -, e ANTT, com intervenção do TCU. Com a aprovação do TCU e a celebração do Termo de Autocomposição, a ANTT adotará as medidas necessárias para realização do processo competitivo, por meio de leilão, para alienação de 100% (cem por cento) das ações da Eco101, conforme Fato Relevante de 17 de março de 2025. O critério de julgamento será o de melhor proposta, pelo menor valor da tarifa de pedágio. Após a conclusão do processo competitivo, o Terceiro Aditivo e o Sexto Termo Aditivo serão extintos e será realizado um novo termo aditivo de readequação do Contrato de Concessão com o vencedor do leilão. A Eco101 permanecerá operando o trecho concedido, de forma a preservar o interesse e a segurança dos usuários da Rodovia BR-101/ES/BA. Por estarem suspensos os efeitos decorrentes dos aditivos assinados em 30 de agosto de 2023, 26 de fevereiro de 2024, 24 de junho de 2024 e 17 de dezembro de 2024, não há nesse momento nenhum reflexo decorrente do processo de relicitação e autocomposição a ser registrado no balanço e no resultado da Companhia. Eventuais efeitos econômicos e financeiros decorrentes da autocomposição serão reconhecidos nas demonstrações financeiras, quando do início da vigência do aditivo de readequação do Contrato de Concessão. A Companhia vem apresentando Capital Circulante Negativo e prejuízos acumulados em função de sua situação econômica, porém as necessidades de caixa vem sendo e continuarão sendo supridas, através de aporte de capital, realizados pelo seu acionista. 1.2 Visão ASG - Ambiental, Social e Governança (ESG - Environmental, Social and Governance na sigla em Inglês): Com o objetivo de desenvolver e aplicar os temas relacionados a ESG, e contribuir com a Sustentabilidade do negócio, o Conselho de Administração do Grupo EcoRodovias aprovou no início de 2024 a sua Agenda ESG 2030. Dentro dessa agenda, o Grupo EcoRodovias traça diversos compromissos em 10 vias de Sustentabilidade, incluindo metas nos temas de mitigação e adaptação climática; segurança viária e ocupacional; direitos humanos, entre outros. Esses compromissos visam ao ano de 2030, porém o Grupo estabelece metas anuais, inclusive para todos os colaboradores. No pilar climático, o objetivo do Grupo EcoRodovias é reduzir em 42% suas emissões de gases de efeito estufa dos escopos 1 e 2 até 2030 com relação ao ano de 2020 e em 11% as emissões de escopo 3 em relação a 2021. Para atingir essa meta, o Grupo EcoRodovias estabeleceu os alicerces de um plano de descarbonização, sendo este um documento revisado periodicamente de modo a incluir novas tecnologias e soluções de baixo carbono. Em 2024 foi estruturado um estudo de transição energética que avalia soluções de combustíveis renováveis para substituição aos fósseis. Adicionalmente, o Grupo EcoRodovias possui como prática a aquisição de créditos de carbono e I-REC (aquisição de certificados de energia renovável) para compensar todas as emissões de escopo 1 (emissões diretas) e escopo 2 que porventura não puderam ser eliminadas por suas ações de mitigação. A prática de aquisição de créditos de carbono ocorre desde 2013 e será mantida no decorrer dos próximos anos. Outro compromisso da Agenda ESG 2030 está relacionado à adaptação dos negócios do Grupo às mudanças climáticas. Nesse tópico, o Grupo EcoRodovias realizou estudo de vulnerabilidade climática com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos no médio e no longo prazo (anos de 2030 e 2050). Esse estudo é periodicamente revisado de maneira a incluir novas concessões e novos cenários climáticos, além de incorporar aprimoramentos de metodologia. O estudo revisado em 2024 incluiu o levantamento de fatores de riscos físicos, riscos de transição e oportunidades, considerando todos os ativos do grupo. Os resultados desse trabalho são incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do Grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar impactos à segurança da infraestrutura e dos usuários. 1.3 Reforma tributária sobre consumo: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. 1.4 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: Para fins ilustrativos, a Companhia lista abaixo todas as divulgações de novos e revisados pronunciamentos que entraram em vigor a partir de, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma), independentemente de terem algum impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. • Alteração ao IAS 1/CPIC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 - "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerem o atendimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. • Alteração ao IFRS 16/CPIC 06(R2) - Arrendamentos: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e locação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequentemente à venda e locação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação"

e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e locação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. • Alterações ao IAS 7/CPIC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPIC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidência: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements" - SFAs) com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs. (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b (i). (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB fornece isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. As alterações mencionadas acima não causaram qualquer impacto material para a Companhia.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS"), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, no caso de determinados ativos e passivos financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia. 2.3. Aprovação das Demonstrações Financeiras: Em 18 de março de 2025, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras.

**3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS**

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. 3.1 Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando estes forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Ativos financeiros:** Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. **Classificação dos ativos financeiros:** Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Custo amortizado:** O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. Para ativos financeiros, exceto para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica "Receitas financeiras" (Nota 22). **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir decasamento contábil. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. **Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. 3.2 Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros: A



Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Acesse: <https://tribunaonline.com.br/validador-iti> caso deseje validar a assinatura!

motivo, algumas das normas abaixo descritas fazem menção somente ao IFRS, uma vez que até a data da publicação dessas demonstrações, algumas das normas novas ou revisadas ainda não haviam sido objeto de publicação por parte do CPC. **IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações causarão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. **IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ele não é elegível para aplicação do IFRS 19. **Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflete as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. 3.13 Prejuízo básico e diluído por ação: O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O prejuízo por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição. 3.14 Benefícios a empregados - Plano de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. 3.15 Demonstração do valor adicionado (DVA): A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado" e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. 3.16 Participação nos lucros: A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes, ao EBITDA (*Earnings Before Income Taxes, Depreciation and Amortization*), e metas individuais de cada colaborador. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

**4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS**

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período financeiro, estão contemplados a seguir: • Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes; • Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; • Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e • Redução ao valor recuperável: Atualmente, a Administração testa eventuais perdas para redução ao valor recuperável, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.2. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração (Nota 11.e). **Contabilização dos Contratos de Concessão:** Na contabilização dos Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão. **Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis:** A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de benefício econômico futuro / receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. **Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão:** A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão. **Determinação das receitas de construção:** A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) Contratos de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do poder concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta a prática de mercado das empresas de concessão rodoviária. **Capitalização dos custos dos empréstimos:** Conforme descrito na Nota 3.5, a Companhia capitaliza os custos de empréstimos e financiamentos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis. A taxa de capitalização é obtida dividindo-se o saldo médio de obras em andamento pelo saldo médio de empréstimos e financiamentos, no encerramento de cada mês. **Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos:** A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue: (a) Provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas

datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 10,10% ao ano (10,43% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base o Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (*Weighted Average Cost of Capital - WACC* na sigla em inglês), calculado por consultoria externa e corroborado pela administração da Companhia.

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos.....	3.268	3.465
Equivalentes de caixa:		
Fundo de investimento (a).....	1.263	379
Aplicações compromissadas (b).....	1.815	12.951
Aplicações automáticas (c).....	26	117
	<u>6.372</u>	<u>16.912</u>

(a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador, podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda de valor. Com base em seu regulamento, o Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2024 a carteira do Fundo de Investimentos era composta por 39,5% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 60,5% aplicações em Cotas de Fundos. Em 31 de dezembro de 2023 a carteira do Fundo de Investimentos era composta por 75,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 24,9% aplicações em Cotas de Fundo. As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas a taxa de 100,7% em 31 de dezembro de 2024 (102,8% em 31 de dezembro de 2023) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remuneradas à taxa de 90% do CDI em 30 de setembro de 2024 (92,5% em 31 de dezembro de 2023), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e estão aplicadas a curtíssimo prazo sendo utilizados antes de 30 dias e não sofre incidência de IOF (c) A Companhia possui aplicações automáticas, nas quais os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

**6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

	31/12/2024	31/12/2023
Cotas fundo - BTG CDB I e Plus (a).....	811	122
Cotas fundo - FIDC ECO (b).....	15	3
	<u>826</u>	<u>125</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2024, os recursos referem-se às aplicações financeiras em Cotas de Fundo com gestão do Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB I e PLUS), este fundo aplica em papéis de renda fixa e em outras instituições financeiras e possui a mesma estratégia da política de investimentos do grupo EcoRodovias. Os recursos são remunerados à taxa média ponderada de 100,7% do CDI (102,8% em 31 de dezembro de 2023), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possui liquidez diária. (b) Em 31 de dezembro de 2024, os recursos referem-se às aplicações financeiras em Cotas de Fundo de Direitos Creditórios do Grupo EcoRodovias com gestão e administração do Banco BTG Pactual S.A. (Fundo FIDC ECO), remunerado à taxa média ponderada de 100,7% do CDI (102,8% em 31 de dezembro de 2023), vinculado ao fundo de investimento. No Fundo de Direitos Creditórios (FIDC ECO), os recursos são utilizados para financiar nossos fornecedores através da antecipação de recebíveis. Nessa operação os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para o Fundo FIDC ECO em troca do recebimento antecipado do título. O Fundo FIDC ECO, por sua vez, passa a ser o credor da operação e o Grupo efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor na conta do Fundo FIDC ECO. Essa operação não altera prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com o fornecedor. Por não ter objetivo de financiar aquisições de serviços e mercadorias, através de instituições financeiras, esta operação está apresentada nas Demonstrações financeiras, no passivo circulante, com a nomenclatura "Fornecedores - FIDC" logo abaixo da rubrica "Fornecedores". Em 31 de dezembro de 2024, o valor cedido em favor dos fornecedores era de R\$ 1.731.

**10. IMOBILIZADO**

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Terrenos	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %.....	20,0	10,0	10,0	25,0	-	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %.....	6,9	11,2	6,4	3,0	-	-	-
Saldos em 31/12/2023.....	43.842	13.523	3.134	492	968	666	62.625
Adições.....	12.454	1.063	819	230	-	-	14.566
Baixas.....	-	-	(1)	-	-	-	(1)
Saldos em 31/12/2024.....	56.296	14.586	3.952	722	968	666	77.190
		DEPRECIACÃO					
Saldos em 31/12/2023.....	(35.856)	(9.218)	(1.991)	(468)	-	(666)	(48.199)
Adições.....	(3.443)	(1.581)	(228)	(18)	-	-	(5.270)
Baixas.....	-	-	1	-	-	-	1
Saldos em 31/12/2024.....	(39.299)	(10.799)	(2.218)	(486)	-	(666)	(53.468)
		RESIDUAL					
Em 31/12/2024.....	16.997	3.787	1.734	236	968	-	23.722
Em 31/12/2023.....	7.986	4.305	1.143	24	968	-	14.426
		Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Terrenos	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %.....	20,0	10,0	10,0	25,0	-	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %.....	5,5	11,9	8,9	4,9	-	0,2	-
Saldos em 31/12/2022.....	39.632	13.213	2.513	479	968	666	57.471
Adições.....	4.461	310	560	13	-	-	5.344
Baixas.....	(177)	-	(13)	-	-	-	(190)
Transferências.....	(74)	-	74	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2023.....	43.842	13.523	3.134	492	968	666	62.625
		DEPRECIACÃO					
Saldos em 31/12/2022.....	(33.584)	(7.621)	(1.751)	(444)	-	(665)	(44.065)
Adições.....	(2.269)	(1.597)	(254)	(24)	-	(1)	(4.145)
Baixas.....	-	-	11	-	-	-	11
Transferências.....	(3)	-	3	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2023.....	(35.856)	(9.218)	(1.991)	(468)	-	(666)	(48.199)
		RESIDUAL					
Em 31/12/2023.....	7.986	4.305	1.143	24	968	-	14.426
Em 31/12/2022.....	6.048	5.592	762	35	968	1	13.406

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 não havia bens do ativo imobilizado vinculadas como garantia de empréstimos ou de processos de qualquer natureza, bem como não foram capitalizados encargos financeiros nos respectivos períodos. A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil - econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil - econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

**11. INTANGÍVEL**

	Contrato de Concessão (a)	Intangível em andamento (c)	Softwares de terceiros	Direito de Uso CPC06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - % ..	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - % ..	(b)	-	8,8	(d)	-
		CUSTO			
Saldos em 31/12/2023.....	1.541.823	382.775	4.919	80.202	2.009.719
Adições.....	136.082	157.046	438	1.703	295.269
Baixas.....	-	(1.452)	-	(135)	(1.587)
Transferências.....	181.894	(181.948)	54	-	-
Provisão para redução ao valor recuperável.....	(41.512)	-	-	-	(41.512)
Saldos em 31/12/2024.....	1.818.287	356.421	5.411	81.770	2.261.889
		AMORTIZAÇÃO			
Saldos em 31/12/2023.....	(295.954)	-	(3.883)	(39.166)	(339.003)
Adições.....	(70.547)	-	(455)	(12.629)	(83.631)
Baixas.....	-	-	-	73	73
Saldos em 31/12/2024.....	(366.501)	-	(4.338)	(51.722)	(422.561)
		RESIDUAL			
Em 31/12/2024.....	1.451.786	356.421	1.073	30.048	1.839.328
Em 31/12/2023.....	1.245.869	382.775	1.036	41.036	1.670.716
		Softwares de terceiros	Direito de Uso CPC06 (R2)	Total	
Taxa anual de amortização - % ..	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - % ..	(b)	-	9,3	(d)	-
		CUSTO			
Saldos em 31/12/2022.....	1.433.201	412.067	4.749	47.576	1.897.593
Adições.....	115.545	124.932	170	32.626	273.273
Baixas.....	-	-	-	-	-
Transferências.....	154.224	(154.224)	-	-	-
Provisão para redução ao valor recuperável.....	(161.147)	-	-	-	(161.147)
Saldos em 31/12/2023.....	1.541.823	382.775	4.919	80.202	2.009.719
		AMORTIZAÇÃO			
Saldos em 31/12/2022.....	(232.043)	-	(3.436)	(25.034)	(260.513)
Adições.....	(63.911)	-	(447)	(14.132)	(78.490)
Saldos em 31/12/2023.....	(295.954)	-	(3.883)	(39.166)	(339.003)
		RESIDUAL			
Em 31/12/2023.....	1.245.869	382.775	1.036	41.036	1.670.716
Em 31/12/2022.....	1.201.158	412.067	1.313	22.542	1.637.080

(a) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária tais como intervenção e levantamento e reabilitação de pavimento e sinalização, duplicações, elementos de proteção, segurança e infraestrutura para as praças de pedágios. (b) As

**7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CONTA RESERVA**

As aplicações financeiras - conta reserva são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez:

	31/12/2024	31/12/2023
Fundo de investimento (a).....	20.106	19.284
	<u>20.106</u>	<u>19.284</u>

Circulante.....	3.381	2.689
Não circulante.....	16.725	16.595

(a) Os Fundos de Investimentos são remunerados à taxa média ponderada de 100,2% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (99,5% em 31 de dezembro de 2023).

**8. CLIENTES**

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes de receitas acessórias. A composição está assim representada:

	31/12/2024	31/12/2023
Pedágio eletrônico (a).....	16.206	15.466
Receitas acessórias (b).....	1.925	1.732
Outras contas a receber (c).....	448	320
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (d).....	(1.736)	(1.511)
	<u>16.843</u>	<u>16.007</u>

(a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos de vale pedágio. (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão. (c) Representados, substancialmente, por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio recebidas nas modalidades "cartão de débito" e "cartão de crédito". (d) O valor das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada exercício para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro. O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer.....	16.829	15.969
Vencidos:		
Até 30 dias.....	22	37

... continuação **ECO 101 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A. - CNPJ/MF nº 15.484.093/0001-44 - NIRE 32.300.032.656**

**13. PASSIVO DE ARRENDAMENTO**

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo líquido de arrendamento:	35.080	45.053
Circulante.....	13.852	12.813
Não circulante.....	21.228	32.240

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício.....	45.053	23.170
Adições.....	1.703	32.626
Baixas.....	(135)	-
Encargos financeiros (Nota 22).....	4.460	4.106
Pagamento principal.....	(11.541)	(10.743)
Pagamento de juros.....	(4.460)	(4.106)
Saldo no fim do exercício.....	35.080	45.053

A companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

	31/12/2024	31/12/2023
Prazos.....	10,17	10,13
1 ano.....	10,21	10,14
2 anos.....	10,22	10,17
3 anos.....	10,21	10,21
4 anos.....	10,21	10,21
5 anos.....	10,21	10,21
6 anos em diante.....	-	10,21
Vencimento das prestações	31/12/2024	31/12/2023
Menos de 1 ano.....	14.737	14.785
Entre 1 e 2 anos.....	12.732	15.741
Entre 2 e 5 anos.....	14.295	21.487
Acima de 5 anos.....	-	3.507
Total valores não descontados.....	41.764	55.520
Total juros embutidos.....	(6.684)	(10.468)
	35.080	45.052

**14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Modalidade	Vencimento final	Taxa de juros	31/12/2024	31/12/2023
Em moeda nacional:				
Finem - BNDES.....	12/2028	TJLP + 3,84% a.a.	97.519	115.646
Finem - BNDES.....	06/2030	TJLP + 3,84% a.a.	159.657	179.202
			257.176	294.848
Circulante.....			45.197	41.044
Não circulante.....			211.979	253.804

**15. PARTES RELACIONADAS**

Em 31 de dezembro de 2024, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Objeto	Companhia	Natureza	Contrato (se aplicável)			Montantes envolvidos					Outras informações						
			Data início	Data final	Total	Saldo a realizar	Saldo Ativo	Saldo Passivo	Vencimento	Custo	Despesa	Intangível	Garantias	Posição contratual			
(a)	Ecorodovias Concessões e Serviços S.A	Controladora	01/01/2024	31/12/2024	9.051	73	-	926	-	-	-	Em até 45 dias	6.552	1.947	204	N/A	Devedor
(b)	Sinelec S.p.A	Outras partes relacionadas	19/01/2023	31/05/2026	1.738	466	-	-	-	-	-	Em até 45 dias	1.037	-	-	N/A	Devedor
(c)	Ecorodovias Concessões e Serviços S.A	Controladora	-	-	-	-	14	35	-	-	-	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Credor/Devedor
(d)	Eco050 Concessionária de Rodovias S.A	Outras partes relacionadas	-	-	-	-	345	-	-	-	-	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Credor
(d)	Concessionária Ecovias do Cerrado S.A	Outras partes relacionadas	-	-	-	-	48	-	-	-	-	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Credor
	Total em 31 de dezembro de 2024					407	961	-	7.589	1.947	204						
	Total em 31 de dezembro de 2023					1	720	-	3.709	4.333	633						

(a) A Ecorodovias Concessões e Serviços é controladora direta da Companhia, e presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. (b) A Sinelec S.p.A, parte relacionada controlada pela ASTM, que é acionista majoritária indireta do Grupo Ecorodovias, presta serviços referente as atividades de investigação e desenvolvimento, para conceber, implementar e montar site para teste de conceito (POC) de sistema *Multilane Freeflow Tolling* (MLFF). (c) Transferência de funcionários entre empresas. Adicionalmente, não há transações entre as partes em 31 de dezembro de 2024, trata-se apenas da divulgação do relacionamento entre as entidades. (d) Repasse de despesas entre as unidades. Adicionalmente, não há transações entre as partes em 31 de dezembro de 2024, trata-se apenas da divulgação do relacionamento entre as entidades.

**Remuneração dos administradores:** Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia, direta ou indiretamente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram pagos aos administradores beneficiários de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas". Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2024 em R\$2.030 (R\$1.592 para o exercício de 2023). A remuneração paga aos administradores nos exercícios está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração (fixa/variável).....	1.382	998
Outros.....	1	-
Remuneração com base em ações ( <i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i> ).....	52	123
Seguro de vida.....	3	3
Assistência saúde.....	131	113
Previdência privada.....	79	68
FGTS.....	72	65
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - ILP ( <i>Phantom Stock Option</i> - <i>PSO</i> + <i>Phantom Restricted Stock</i> - <i>PRS</i> )).....	248	222
	1.968	1.592

**16. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO**

	31/12/2023	Adição (custo)	Efeito financeiro	31/12/2024
Constituição da provisão para manutenção.....	182.601	43.434	-	226.035
Efeito do valor presente sobre constituição.....	(54.257)	(10.536)	-	(64.793)
Realização da manutenção.....	(72.196)	-	(44.954)	(117.150)
Ajuste a valor presente - realizações.....	31.246	-	9.571	40.817
	87.394	32.898	(44.954)	84.909
Circulante.....	18.952	-	-	23.476
Não circulante.....	68.442	-	-	61.433

	31/12/2022	Adição (custo)	Efeito financeiro	31/12/2023
Constituição da provisão para manutenção.....	139.934	42.667	-	182.601
Efeito do valor presente sobre constituição.....	(43.452)	(10.805)	-	(54.257)
Realização da manutenção.....	(34.050)	-	(38.146)	(72.196)
Ajuste a valor presente - realizações.....	22.467	-	8.779	31.246
	84.899	31.862	(38.146)	87.394
Circulante.....	23.717	-	-	18.952
Não circulante.....	61.182	-	-	68.442

**17. PROVISÃO PARA PERDAS AMBIENTAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS**

17.1 Causas prováveis: Com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suportadas por opinião de seus consultores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, demonstradas a seguir:

	Ambientais (a)	Cíveis (b)	Trabalhistas (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024.....	79	120.108	2.017	122.204
(+/-) Complemento (reversão) de provisão.....	-	164	6.003	6.167
(-) Pagamentos.....	-	(653)	(4.990)	(5.643)
(+) Atualização monetária.....	10	14.194	1.240	15.444
Saldos em 31 de dezembro de 2024.....	89	133.813	4.270	138.172
Saldos em 1º de janeiro de 2023.....	79	433	754	80.187
(+/-) Complemento (reversão) de provisão.....	35	18.749	2.257	21.041
(-) Pagamentos.....	-	(1.210)	(1.517)	(2.727)
(+) Atualização monetária.....	44	23.136	523	23.703
Saldos em 31 de dezembro de 2023.....	79	120.108	2.017	122.204

(a) **Processos ambientais:** O valor provisionado corresponde principalmente a processo(s) envolvendo suposto descumprimento de normativo ambiental, não existindo processos de valor individual relevante e/ou processos que envolvam danos ao meio ambiente e necessidade de reparação. (b) **Processos cíveis:** O valor provisionado corresponde a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos da prestação de serviços pela Concessionária e/ou em acidentes ocorridos nas rodovias. As principais variações no período referem-se a ações anulatórias contra o Poder Concedente (ANTT), em que se discute a exigibilidade das autuações lavradas pela fiscalização do contrato. (c) **Processos trabalhistas:** O valor provisionado corresponde a reclamações trabalhistas envolvendo empregados de empresas terceirizadas declaradas insolventes pela justiça, bem como, empregados próprios, em que os objetos das ações têm como pedido o pagamento de complementações de rescisões contratuais, adicionais de insalubridade e pleitos de indenização por horas extras. 17.2 Causas possíveis: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia era parte em outros processos ambientais, cíveis, trabalhistas e tributários envolvendo riscos de perda para a

Os vencimentos das parcelas não circulante tem a seguinte distribuição:

	31/12/2024	31/12/2023
2025.....	-	43.620
2026.....	48.407	47.996
2027.....	53.252	52.801
2028.....	58.552	58.058
2029.....	33.709	33.423
Posterior a 2029.....	18.059	17.906
	211.979	253.804

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício.....	294.848	327.949
Encargos financeiros (Nota 22).....	28.688	32.760
Pagamento principal.....	(40.160)	(36.290)
Pagamento de juros.....	(26.200)	(29.571)
Saldo no fim do exercício.....	257.176	294.848
Circulante.....	45.197	41.044
Não circulante.....	211.979	253.804

Descrição do contrato de empréstimo e financiamento bancário vigente:

Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
BNDES.....	(i) Patrimônio Líquido/Ativo Total $\geq$ 20%; (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) $\geq$ 1,30 Durante a realização do projeto não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei.	Penhor das ações da Beneficiária e Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios.

Conforme descrito acima, o contrato de financiamento requer a manutenção de alguns índices financeiros (*covenants*), medidos semestralmente pela Companhia, com base nas demonstrações financeiras de cada período. Conforme demonstrado no quadro abaixo, a Companhia está parcialmente adimplente com os referidos índices. O descumprimento do "ICSD - índice de cobertura do serviço da dívida", ocorreu em virtude do registro da provisão para redução ao valor recuperável, descrito na Nota 11.e). O não cumprimento do referido índice não gera vencimento antecipado da dívida, apenas limita a distribuição de juros sobre capital próprio e dividendos acima do mínimo obrigatório por lei de 25%. A Companhia não está realizando nenhuma distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, em virtude de prejuízos acumulados de períodos anteriores.

Instituição financeira	Descrição da cláusula	Índice requerido	Medido
BNDES.....	ICSD -Índice de cobertura do serviço da dívida	$\geq$ 1,30	0,28
	Patrimônio líquido/ativo total	$\geq$ 20%	64,50%

Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida. A Companhia está adimplente com as demais cláusulas restritivas do referido contrato. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia possuía créditos não utilizados no contrato de financiamento, de R\$457.152, respectivamente.

Companhia avaliados como possíveis, portanto, sem a constituição de provisão, conforme demonstrado abaixo, não existindo processo de valor individual relevante.

	31/12/2024	31/12/2023
Ambientais.....	184	195
Cíveis.....	666.957	582.340
Trabalhistas.....	7.036	13.353
Tributários.....	2	351
	674.179	596.239

**18. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE**

	31/12/2024	31/12/2023
Parcelas:		
Taxa de fiscalização.....	739	711
	739	711
Circulante.....	739	711

A Companhia deverá recolher à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), ao longo de todo o prazo da concessão, a verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão, tendo início no primeiro mês após a data de Assunção da concessão. A verba anual de fiscalização, definida no Contrato de Concessão, será distribuída em 12 parcelas mensais de mesmo valor e recolhida à conta da ANTT até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2024, o valor mensal da parcela reajustada é de R\$739 (R\$711 em 31 de dezembro de 2023). A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício.....	711	679
Custo (Nota 21).....	10.369	8.533
Pagamento do principal.....	(10.341)	(8.501)
Saldo no final do exercício.....	739	711

18.1 Informações sobre o Contrato de Concessão: **Contratante:** União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. **Data da assinatura:** 17 de abril de 2013 (início do prazo da concessão em 10 de maio de 2013, data da assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência de Bens). **Objeto da Concessão:** A concessão consiste na exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da Rodovia Federal BR101/ES/BA entre a BA-698 (acesso à Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ com 478,7km, sendo remunerada mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita acessória. O contrato foi contabilizado como ativo intangível. **Índice de reajuste:** IPC-A. **Data de reajuste:** 18 de maio de cada ano. **Prazo de vigência:** 09 de maio de 2038. O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, a exclusivo critério do poder concedente, por até 25 (vinte e cinco anos), nas seguintes hipóteses: (i) por imposição do interesse público, devidamente justificado; (ii) em decorrência de força maior, devidamente comprovada; e (iii) para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando exigidos pelo poder concedente novos investimentos ou serviços, não previstos no Programa de Exploração Rodoviária - PER, ou em decorrer de sua alteração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão, além dos descritos na Nota 1.1. **Casos de extinção:** Conforme cláusula 27 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Companhia. **Reversão dos Bens:** Extinta a Concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a receita e o custo de construção totalizaram R\$268.536 (R\$213.915 em 31 de dezembro de 2023), não gerando lucros ou prejuízos na prestação de serviços de construção em troca do ativo intangível objeto do Contrato de Concessão. Conforme descrito na Nota 16 Provisão para Manutenção, a Companhia tem a obrigação de realizar manutenções periódicas para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do Contrato de Concessão. A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2024, a cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificadas.

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Natureza dos custos</b>		
Melhorias na infraestrutura.....	976.997	1.134.692
Conservação especial (manutenção).....	389.738	445.714
Equipamentos.....	452.195	455.449
Total.....	1.818.930	2.035.855

**Seguros Contratados:** A Companhia tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. O Contrato de Concessão obriga a concessionária a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enches e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 31 de dezembro de 2024, as principais apólices e coberturas são conforme segue:

Natureza	Final Vigência	Seguradora	Valor Garantia
Seguro Garantia - Operações.....	31/12/2025	Fator	147.914
			147.914

18.2 Operação *Infinita Highway*: Em 11 de abril de 2019, a Polícia Federal cumpriu mandato de busca e apreensão na Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. ("Eco101") em Serra - ES, no âmbito da "Operação *Infinita Highway*". De acordo com informações divulgadas pela Polícia Federal, a investigação foi realizada com o apoio do Tribunal de Contas da União e tem foco na apuração de eventuais irregularidades relacionadas a laudos técnicos sobre a situação de rodovia. A controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. instaurou uma investigação interna com o objetivo de apurar os fatos e contou com apoio externo profissional para os trabalhos. No relatório de avaliação forense estes profissionais externos apontam que não constam documentos no inquérito que sustentem a tese de que funcionários da ANTT sabiam de supostas alterações realizadas pela Eco101 nos relatórios de monitoração, que a investigação não apresentou documentos que comprovem a suposta relação ilegal entre a Eco101 e representantes da ANTT, bem como que não constam provas de que os relatórios de monitoração supostamente alterados tenham sido utilizados para obtenção de financiamentos junto ao BNDES. Adicionalmente, a Companhia e seus assessores jurídicos e financeiros estudaram, estabeleceram e contabilizaram passivo da melhor avaliação para a realização de cálculo de valores relativos a penalidades e multas relacionadas a descontos tarifários ("Fator D"), sobre um cenário de que as supostas alterações tenham sido realizadas nos relatórios de monitoração, que resultam no valor devido de R\$72.614, conforme Nota 22 das Demonstrações Financeiras de 2020 (R\$92.752 em 31 de dezembro de 2024). As investigações realizadas no âmbito da Operação *Infinita Highway* resultaram em 3 (três) desdobramentos para a Companhia. Em 25 de junho de 2022, a Companhia tomou conhecimento da Ação Civil Pública nº 5016859-74.2022.4.02.5001/ES, movida pelo Ministério Público Federal. A ação tem por finalidade a aplicação de desconto tarifário como meio de ressarcimento das supostas vantagens indevidamente obtidas com a alteração dos relatórios de monitoração entre os anos de 2014 e 2018 e a aplicação de dano moral coletivo, no valor de até R\$10.000. Em 28 de julho de 2022, a Companhia apresentou defesa na mencionada ação judicial. Em 11 de julho de 2024 foi proferida sentença que afastou os pedidos de aplicação de desconto tarifário e de dano moral coletivo. No entanto, determinou a "proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas

**23. PREJUÍZO POR AÇÃO**

23.1 Prejuízo básico por ação: O prejuízo básico e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do prejuízo básico por ação são os seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do prejuízo básico por ação.....	(97.279)	(237.285)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do prejuízo básico por ação.....	1.556.810	1.300.988
Prejuízo básico por ação das operações continuadas.....	(0,06)	(0,18)

23.2 Prejuízo diluído por ação: A Companhia não possui dívida conversível em ações.

**24. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

**Gestão de capital:** O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia. A Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

**Índices de endividamento**

	31/12/2024	31/12/2023
Dívida (a).....	292.256	339.901
Disponibilidade (b).....	(26.478)	(36.196)
Dívida líquida.....	265.778	303.705
Patrimônio líquido (c).....	1.241.078	1.078.374
Índice de endividamento líquido.....	0,21	0,24

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e arrendamentos, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas 13 e 14. (b) A disponibilidade é definida como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras - conta reserva, conforme detalhado nas Notas 5 e 7. (c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital. **Considerações gerais:** • A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de analisar a melhor estratégia de limites para a alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado. • Aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, operações compromissadas remuneradas a taxa média ponderada de 95,2% do CDI em 31 de dezembro de 2024, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços (96,8% do CDI em 31 de dezembro de 2023). • Clientes, fornecedores e risco sacado: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. • Empréstimos, financiamentos e passivo de arrendamentos: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado. **Valor justo de ativos e passivos financeiros:** Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2024 são como segue:

Classificação - Custo amortizado	Saldo contábil	Valor justo
<b>Ativos:</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (a).....	6.372	6.372
Clientes (b).....	16.843	16.843
Aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva (a).....	20.932	20.932
<b>Passivos:</b>		
Fornecedores (b).....	30.761	30.761
Fornecedores FIDC (b).....	1.731	1.731
Risco sacado (b).....	334	334
Empréstimos e financiamentos (c).....	257.176	246.042
Passivo de arrendamento (d).....	35.080	41.764

Classificação - Valor justo através do resultado		
Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stock (e).....	110	110

(a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e de aplicações financeiras - conta reserva, aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços. (b) Os saldos de "clientes", "fornecedores", "fornecedores FIDC" e "risco sacado" possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia. (c) Os empréstimos e financiamentos estão registrados ao custo amortizado na data do balanço. (d) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas de arrendamento. (e) O valor refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) para diretores estatutários da Companhia (Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stock), baseado no valor das ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística (ECOR3), registrados na rubrica "Obrigações sociais e trabalhistas".

**Gestão de riscos:** A estratégia de gestão de riscos envolve quatro linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Insegurança regulatória e política do contrato de concessão rentabilidade dos ativos e vulnerabilidades climáticas; Concorrência nas áreas de concessão, segurança ou interdição de infraestrutura existente, cibersegurança e paralização dos sistemas de infraestrutura críticos, capital humano, gestão da cadeia de suprimentos e subcontratados, cumprimento dos contratos de concessão e segurança viária;
Operacional	Risco de mercado, crédito, e premissas e estimativas contábeis e de planejamento financeiro; e
Financeiro	Corrupção, fraude, integridade e não conformidade com regulamentações do setor.
Compliance	

No Grupo EcoRodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nivel Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nivel Micro (Gestão individualizada e Operacional). A estratégia formulada pelo Grupo EcoRodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamentada no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares: A Gestão Holística - Nivel Macro - tem caráter eminentemente estratégico, pois está intrinsecamente ligada a questões como missão, visão e objetivos empresariais, ambiente regulatório e competitivo, e capacidade financeira, visando também a compreensão integral dos riscos: considera o potencial impacto de todos os tipos de riscos sobre todos os processos, atividades, stakeholders, produtos e serviços. A Gestão Individualizada - Nivel Micro - contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de riscos, principalmente vinculados aos processos da organização. Com relação a avaliação de riscos considera-se a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos. As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Conformidade Legal, Socioambiental, Reputacional e Impacto Econômico. No Grupo EcoRodovias efetua-se a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa. A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo: a) Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco da taxa de juros. (i) Risco de taxa de juros: O risco de taxas de juros e inflação da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. A Companhia está exposta às principais variações: • Taxas de Inflação: Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), relacionado a reajustes tarifários; • Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relacionado às aplicações financeiras relativas à excedente de caixa investidos em títulos e valores mobiliários indexados em CDI da Companhia; e • Taxa de juros de Longo Prazo (TJLP) relacionado aos empréstimos e financiamentos da Companhia. A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa. De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. b) Risco de crédito: O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas financeiras decorrentes da inadimplência de suas contrapartes, de instituições financeiras de recursos ou de investimentos financeiros. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras com classificação de risco "rating" de no mínimo AA, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$10.151 (R\$9.417 em 31 de dezembro de 2023), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registrados na rubrica "Clientes". c) Risco de liquidez: O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos em diante
BNDES.....	66.701	66.701	66.701	122.764
Passivo de arrendamento.....	14.737	12.732	5.330	8.965
	<b>81.438</b>	<b>79.433</b>	<b>72.031</b>	<b>131.729</b>

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$177.405 (ativo circulante de R\$43.317 e passivo circulante de R\$220.722), principalmente decorrente de empréstimos e financiamentos, provisão para manutenção e outras contas a pagar de curto prazo. A Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo da Companhia, e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses, renegociação de dívidas e alongamento do prazo para pagamento. **Análise de sensibilidade:** Risco de variação nas taxas de juros: A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos

instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do exercício. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI e do TJLP, principais indicadores dos empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Juros de aplicações financeiras (a).....	Alta do CDI	445	557	668
Empréstimos e financiamentos (b).....	Alta do TJLP	(22.367)	(27.959)	(33.551)
Juros a incorrer, líquidos.....		(21.922)	(27.402)	(32.883)

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses. As taxas consideradas foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI (a).....	14,90%	18,63%	22,35%
TJLP (b).....	8,50%	10,63%	12,75%

Fonte: Relatório da Consultoria MB Associados - dezembro de 2024. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

**25. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

25.1 Caixa e equivalentes de caixa: A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota 5. 25.2 Informações suplementares: As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa. 25.3 Transações que não envolvem caixa: No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia realizou as atividades de investimento, abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Transação	31/12/2024	31/12/2023
Direito de uso - CPC 06 (R2).....	1.703	32.626

**26. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO**

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e de receitas acessórias relacionadas a exploração da rodovia e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

**27. FORNECEDORES - RISCO SACADO**

A Companhia mantém convênio com o Banco Bradesco para estruturar a operação de antecipação de recebíveis com seus principais fornecedores. Nessa operação os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para o Banco Bradesco em troca do recebimento antecipado do título. O Banco, por sua vez, passa a ser o credor da operação e a Companhia efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor. Essa operação não altera prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com o fornecedor. Por não ter objetivo de financiar aquisições de serviços e mercadorias, através de instituições financeiras, esta operação está apresentada nas Demonstrações Financeiras, no passivo circulante, com a nomenclatura "Risco Sacado" logo abaixo da rubrica "Fornecedores". Em 31 de dezembro de 2024, o valor é de R\$334 (R\$0 em 31 de dezembro de 2023). Os pagamentos totais efetuados pelas instituições financeiras aos fornecedores que participam do acordo de financiamento de fornecedor - risco sacado, em 2024, foram de R\$279 (em 2023, R\$8.497).

**28. EVENTOS SUBSEQUENTES**

**28.1 Aportes de capital:** Em 03 de janeiro de 2025, foi deliberado e integralizado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$43.000 (quarenta e três milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 43.000.000 (quarenta e três milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação. Em 14 de fevereiro de 2025, foi deliberado e integralizado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$50.000 (cinquenta milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 50.000.000 (cinquenta milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação. **28.2 Processo competitivo:** Em 17 de março de 2025, a Eco101, a União, por intermédio do Ministério dos Transportes, e a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT ("ANTT"), firmaram, com a intervenção do Tribunal de Contas da União - TCU ("TCU"), o Termo de Autocomposição decorrente da solução consensual para a resolução de controvérsias relativas ao Contrato de Concessão da BR-101/ES/BA. Adicionalmente, a Companhia informa que a Diretoria Colegiada da ANTT aprovou, em 17 de março de 2025, a publicação do Edital para a realização do processo competitivo, por meio de leilão e o critério de julgamento da melhor proposta pelo menor valor da tarifa de pedágio. Após a conclusão do processo competitivo, será celebrado o Aditivo ao Contrato de Concessão com o vencedor do leilão, garantindo a continuidade da prestação dos serviços públicos na BR-101/ES/BA e assegurando o interesse e segurança dos usuários.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA	
Membros Efetivos:	<b>MARCELLO GUIDOTTI</b> (Presidente do CA) <b>RODRIGO JOSÉ DE PONTES SEABRA MONTEIRO SALLES</b> <b>ROBERTO BORGES PAIVA</b>	Diretor Presidente - <b>ALBERTO LUIZ LODI</b>	
		Diretor Superintendente e de Relação com investidores - <b>ROBERTO AMORIM JUNIOR</b>	
		Contador: <b>HUGO RAFAEL MITZ</b> CRC 1PR050369/O-4 'T' ES	

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas **Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.**

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. ("Eco101" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais Assuntos de Auditoria**

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<b>Reconhecimento de receita com arrecadação de pedágio (Nota 3.6 e 20)</b>	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil. Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil, bem como com os registros fiscais da Companhia. Em base amostral, recalculamos o valor da receita por meio de comparação do valor da tarifa de pedágio divulgada no Diário Oficial da União, com o valor efetivamente cobrado pela Companhia. Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.
<b>Redução ao valor recuperável do ativo intangível - contratos de concessão (Notas 3.2 e 11)</b>	Entre outros procedimentos, efetuamos o entendimento dos controles internos relevantes para a determinação do valor recuperável, incluindo a definição e revisão das premissas relevantes adotadas pela administração. Adicionalmente, testamos, com o apoio de nossos especialistas internos, a consistência das informações e principais premissas utilizadas pela administração da Companhia, incluindo as projeções de crescimento dos fluxos de tráfego, os ajustes tarifários a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, mediante comparação com o orçamento elaborado pela administração e informações e dados públicos e internos. Avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na determinação dos fluxos de tráfego. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.
<b>Descumprimento de leis, normas e regulamentos (Nota 18.2)</b>	Com o suporte de nossos especialistas forenses, realizamos reuniões com os assessores jurídicos internos e externos da Companhia, com o objetivo de entender o andamento do processo, bem como das ações tomadas pela administração para apurar o valor da obrigação registrada nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, realizamos a análise da documentação disponível sobre o tema. Envolvermos também os nossos especialistas jurídicos para analisar a razoabilidade das premissas jurídicas adotadas pela Companhia, fundamentada em posição dos seus advogados externos, em relação aos efeitos do descumprimento contratual da concessionária que está sendo apurado no Inquérito Policial. Avaliamos a razoabilidade dos cálculos realizados pela Companhia, que suportam as contabilizações e divulgações feitas pela administração. Consideramos que as divulgações estão consistentes com as informações analisadas e representações obtidas em nossa auditoria.



obter uma conclusão consensual entre concessionária e poder concedente, prorrogou a suspensão do Terceiro Termo Aditivo por 180 dias. A finalização destas tratativas culminou, em 17 de março de 2025, na aprovação do Termo de Autocomposição entre Eco101, União Federal e ANTT, o qual determina a realização de processo competitivo, por meio de leilão para alienação de 100% (cem por cento) das ações da Eco101. Após a conclusão do processo competitivo, o Terceiro Termo Aditivo e o Sexto Termo Aditivo serão extintos e readequados com o vencedor do leilão. Nossa opinião não está sendo ressaltada em função deste assunto.

**Outros assuntos**

**Demonstração do Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de março de 2025

**pwc**  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5  
Marcelo Orlando  
Contador CRC 1SP217518/O-7



Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130 - Em: 19/03/2025**

Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Acesse: <https://tribunaonline.com.br/validador-iti> caso deseje validar a assinatura!

5926 ECO 101 BALANCO 2024.pdf

Código do documento: 5926



Assinado por:



NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130  
Certificado Digital  
E-mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br

Registro de Eventos:

19 mar 2025, 00:01:00 - UPLOAD

**Documento:** 5926

**Criado por:** Mariana Melim **Email:** artemariana@redetribuna.com.br

**DATE\_ATOM:** 2025-03-19T00:06:43-03:00

19 mar 2025, 00:06:43 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

**DATE\_ATOM:** 2025-03-19T00:06:43-03:00

19 mar 2025, 00:06:43 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130

**E-Mail:** publicidade@grupotribunaonline.com.br

**Emissor do Certificado:** CN=NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO  
JUD:27065150000130, OU=videoconferencia, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do  
Brasil - RFB, OU=47317285000152, L=VITORIA, S=ES, O=ICP-Brasil, C=BR

**DATE\_ATOM:** 2025-03-19T00:06:43-03:00

Hash do documento original:

[SHA256]: e95f9c977fc149cae897799f88525856ce6776b0c5b6cd2a854c633402787b5e

[SHA512]: 4758883acff531231f35c60b1b60ac3b803ffcdc8a784fb91000413cd1324025c474198ac2b6635ad940d551771c312bbd4eac33a0d04bbe05ccd24444ba2654

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC CONSULTI BRASIL RFB